Marta Arretche (org.)

# Trajetórias das desigualdades

## Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos

centro de estudos da metrópole

editora unesp

© 2015 Editora Unesp

Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.. (0xx11 3242-7171
Fax: (0xx11 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

Centro de Estudos da Metrópole (CEM)
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 *(USP)*
Salas 116B (1° andar) e 2 (2°andar)
05508-900 – São Paulo – SP
R. Morgado de Mateus, 615 *(Cebrap)*
04015-902 – São Paulo – SP
Fone (Cebrap): (0xx11 5574-0399
Fone (USP): (0xx11 3091-2097
contato@centrodametropole.org.br
www.centrodametropole.org.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

T688

Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos / organização Marta Arretche. – 1 ed. – São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

ISBN 978-85-393-0566-7

1 Desigualdade social. 2. Ciências sociais. 3. Ciências políticas. 4. Economia. I. Arretche, Marta.

15-20605 CDD: 330.122
CDU: 330.342.14

O Centro de Estudos da Metrópole (CEM) é um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão *(Cepid)* da Fapesp e um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do CNPq, com sede na Universidade de São Paulo e no Cebrap. Fundado em 2001 reúne pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais voltados ao estudo das desigualdades sociais e espaciais em contextos urbanos e metropolitanos.

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

# Sumário

Apresentação 1
*Marta Arretche*

PARTE I – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1 Participação política no Brasil 23
*Fernando Limongi, José Antonio Cheibub e Argelina Cheibub Figueiredo*

2 Conselhos, associações e desigualdade 51
*Adrian Gurza Lavalle e Leonardo Sangali Barone*

PARTE II – EDUCAÇÃO E RENDA

3 Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010 79
*Carlos Costa Ribeiro, Ricardo Ceneviva e Murillo Marschner Alves de Brito*

4 Educação e desigualdade no Brasil 109
*Naercio Menezes Filho e Charles Kirschbaum*

5 Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010) 133
*Carlos Antonio Costa Ribeiro e Rogerio Schlegel*

6 Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente 163
*Márcia Lima e Ian Prates*

PARTE III – POLÍTICAS PÚBLICAS
7 Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais 193
*Marta Arretche*

8 Condições habitacionais e urbanas no Brasil 223
*Eduardo Marques*

9 Saúde e desigualdade no Brasil 249
*Vera Schattan P. Coelho e Marcelo F. Dias*

PARTE IV – DEMOGRAFIA
10 A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas 279
*José Marcos Pinto da Cunha*

11 Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências 309
*Maria Coleta Oliveira, Joice Melo Vieira e Glaucia dos Santos Marcondes*

12 Transição religiosa no Brasil 335
*Ronaldo de Almeida e Rogério Jerônimo Barbosa*

PARTE V – MERCADO DE TRABALHO
13 Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010 367
*Alvaro A. Comin*

14 Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010) 395
*Nadya Araujo Guimarães, Leonardo Sangali Barone e Murillo Marschner Alves de Brito*

Conclusões 423
*Marta Arretche*

Referências bibliográficas 457

# 13
# Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil· 1960-2010[1]

Alvaro A. Comin[2]

## Introdução

Desde meados dos anos 1970, quando passamos a dispor de dados sistemáticos para medir a desigualdade no Brasil, o coeficiente de Gini da renda variou relativamente pouco: permaneceu em torno de 0,6 entre 1976 e 1999, iniciando somente a partir de então uma trajetória de queda, que o trouxe para 0,53. Esse patamar é, contudo, ainda extremamente elevado quando comparado ao de países de nível de desenvolvimento econômico similar ao do Brasil. Entre 1960 e 2010, as mudanças na estrutura econômica, no arcabouço institucional, na dinâmica demográfica e nos padrões de inserção ocupacional das mulheres foram de grande magnitude, contrastando com a relativa estabilidade na distribuição da renda. Sobretudo, de particular interesse para os propósitos deste texto, a desigualdade de renda sobreviveu ao exponencial aumento da renda *per capita*.

---

1 Agradeço a Rogério Barbosa a cuidadosa preparação de todos os dados utilizados neste artigo. À organizadora deste volume, Marta Arretche, agradeço a leitura atenta e os vários comentários que ajudaram a tornar o texto menos impreciso.

2 Professor do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP.

A maioria dos estudos acerca da queda recente da desigualdade de renda no Brasil indica o mercado de trabalho como seu principal fator explicativo, tendo como causas um ciclo positivo de geração de empregos formais e de elevação da renda, bem como a melhora no perfil da educação formal. Desempenharam papel importante também os programas de transferência condicional de renda, os benefícios de prestação continuada e as aposentadorias indexadas ao salário mínimo (Soares, 2010), além de fatores de ordem demográfica, em particular a queda acumulada da fertilidade, com consequente declínio das coortes mais jovens e, portanto, redução no volume de novos entrantes no mercado de trabalho.

Este capítulo analisa a desigualdade no Brasil pela ótica das mudanças nas estruturas produtiva e sócio-ocupacional e sua relação com o desenvolvimento econômico. Uma breve discussão de proposições de ordem teórica será seguida da análise dos Censos de 1960 a 2010, tendo como eixos a transição rural-urbano e a estratificação sócio-ocupacional que dela emerge. A influência da estrutura agrária preexistente e o modelo de industrialização terão papel central na análise. As escolhas dos sucessivos governos brasileiros serão analisadas indiretamente por meio da evolução do perfil educacional da força de trabalho, com ênfase em seus efeitos sobre a população rural e os grupos raciais não brancos. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho será examinado em seção específica. Por fim, a estratificação sócio-ocupacional e a cobertura dos direitos trabalhistas e previdenciários serão analisadas.

## Desenvolvimento econômico e desigualdades

Em influente artigo publicado em 1955, Simon Kuznets cunhou um esquema teórico para explicar a relação entre desenvolvimento econômico e desigualdade na distribuição pessoal da renda. Seu ponto de partida é uma pergunta simples e atual: o processo de desenvolvimento econômico amplia ou reduz as desigualdades de renda entre os indivíduos?

Duas ordens de considerações o levaram à resposta de que o crescimento econômico deveria, em seu estágio inicial, produzir mais concentração de renda. A primeira deriva do fato de que apenas os estratos mais

elevados de renda podem poupar e, logo, realizar investimentos produtivos que se revertem em mais renda e mais poupança, o que amplia sua distância em relação aos estratos inferiores. Entre gerações, a riqueza se transmite primariamente por meio do direito de herança. A segunda razão advém do processo de urbanização típico do desenvolvimento capitalista. As economias agrárias tendem a ser menos desiguais do que as urbanas, nas quais a diversificação setorial e os diferenciais de produtividade entre setores são bem maiores. Assim, o crescimento do setor urbano deveria resultar na ampliação da desigualdade. Além disso, o progresso tecnológico, embora também ocorra no setor rural, tende a ser muito mais acelerado nas atividades industriais, aumentando a distância entre a renda média no campo e nas cidades.

Com base em dados para os Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, para o período entre as últimas duas décadas do século XIX e o imediato pós-guerra, Kuznets encontra evidências de ampliação da desigualdade de renda. Entretanto, a partir de um dado ponto, assistiu-se em cada caso a uma tendência inequívoca de redução dessa desigualdade. Para explicar essa curva em forma de U invertido, Kuznets postula hipóteses adicionais, destacando as decisões políticas, isto é, taxações sobre os ganhos de capital; impostos sobre heranças e manutenção prolongada de taxas de juros baixas, entre outras ações governamentais. A propensão a taxar os ricos ou a impor limites a seu enriquecimento aprofundar-se-ia à medida que sociedades democráticas se tornassem economicamente mais desenvolvidas e a utilidade de concentrar renda como motor dos investimentos produtivos passasse a ser crescentemente questionada pelos cidadãos.

Para Galbraith (2011), essa trajetória de desenvolvimento econômico parece se ajustar bem aos Estados Unidos, a muitas partes da Europa e ao Japão, mas não necessariamente se repete em outros contextos, em que a composição setorial do produto tenha características diferentes, tais como a atividade econômica intensiva na agricultura de exportação ou na mineração. Assim, conclui Galbraith (2011, p.14, tradução nossa) "a mensagem duradoura de Kuznets não é a de que a mesma curva sempre se aplica, mas que a essência da desigualdade se encontra nas transições

intersetoriais ou nas mudanças estruturais que constituem o processo de crescimento econômico"

De forma similar ao modelo de Kuznets, a teoria do subdesenvolvimento da Cepal, como em Celso Furtado (1967), opera com um modelo dual que opõe setores modernos (capitalistas) e tradicionais (pré-capitalistas) O dualismo das economias subdesenvolvidas resultaria da penetração apenas parcial das atividades econômicas de tipo capitalista, justapostas a formas pré-capitalistas de produção em que permaneceram vastas parcelas da força de trabalho. A concentração da renda preexistente (herdada do modelo primário exportador) induziu a demanda, pelas elites locais, por bens de consumo típicos das economias avançadas, formatando o modelo de industrialização por substituição de importações. Este, por sua vez, conferiu grande ênfase à atração de empresas produtoras de bens modernos e ao uso de tecnologias poupadoras de mão de obra, sendo o automóvel o exemplo icônico dessa estratégia (Furtado, 1967)

O fato é que a transformação na composição setorial das atividades produtivas implica mudanças na estrutura ocupacional. Uma economia agrícola que apenas se expande, incorporando mais terra, insumos e força de trabalho (nos moldes do que ocorreu no Brasil até meados do século XX), tende a preservar a estrutura ocupacional, ao passo que a industrialização e a urbanização geram diversificação das ocupações. O desenvolvimento da indústria desencadeia também o crescimento e a diversificação de serviços e atividades complementares ao modo de vida urbano, deslocando para as cidades parcela da força de trabalho empregada na agricultura. O volume e a velocidade desses deslocamentos dependem dos diferenciais de renda nesses dois setores (rural e urbano)

Esse não é, contudo, o único fator explicativo do deslocamento campo-cidade. As condições de vida reinantes no campo importam crucialmente nesse processo. É bem conhecida a história pioneira da Inglaterra, onde séculos de ações diretas do Estado para cercar as terras, desligando os camponeses dos seus meios de subsistência, foram decisivos para produzir a força de trabalho disponível para a indústria. Em países como os Estados Unidos e Brasil, o recurso à importação de mão de obra estrangeira cumpriu papel relevante na formação do mercado de trabalho urbano-industrial. Em todos os casos, porém, a estrutura agrária preexistente, a

natureza das relações de trabalho e as políticas dos governos nacionais, para conservá-las ou alterá-las, foram cruciais.

No Brasil, a estrutura agrária era e continua sendo uma das mais concentradas do mundo. Frankema (2006; 2009) demonstra que a América Latina apresenta índices de concentração da terra (coeficiente de Gini e índice de Theil) sistematicamente mais elevados do que qualquer outra parte do mundo, ao longo de todo o século XIX e primeira metade do XX. Em meados do século XX, o coeficiente de Gini da propriedade da terra na América do Sul alcançava o valor de 0,804, contra 0,395 no Leste Asiático, 0,554 no Sul da Ásia, 0,638 no Norte da África e Oriente Médio e 0,452 na África Ocidental e Central (Frankema, 2009, p.27) Entre 1920 e 1985, o coeficiente de Gini da terra no Brasil variou de 0,780 para 0,802 (Frankema, 2006, Appendix, Tabela A.1), ou seja, praticamente nada, embora a agricultura brasileira tenha passado por grandes transformações nesse período.

A enorme desigualdade na distribuição da terra combinada à baixa produtividade de boa parte da agricultura brasileira resultou que, dadas as condições de vida miseráveis a que estavam submetidos os trabalhadores rurais, os salários pagos nas ocupações urbanas (inclusive no setor industrial) fossem suficientes para motivar a migração campo-cidade. Não era necessário ir muito além do custo de subsistência, como observou Celso Furtado. O deslocamento maciço e contínuo de trabalhadores com pouca ou nenhuma formação escolar do campo para as grandes cidades produziu o que a sociologia da época chamou de "massa marginal" (Nun, 1969; Kowarick, 1975), isto é, estratos sociais com renda muito baixa, excluídos da proteção social e no mercado de trabalho (Pinto, 1972; Rodríguez, 1993; Filgueira, 2001)

A enorme escassez relativa de força de trabalho qualificada garantiu aos estratos mais escolarizados as melhores posições no mercado de trabalho e prêmios salariais extremamente elevados, além de benefícios típicos dos Estados de bem-estar social, como cobertura previdenciária, crédito habitacional subsidiado e sistemas de saúde subvencionados pelas empresas. Tal como na terra, o acesso muito desigual à educação foi uma característica da história brasileira, com consequências profundas sobre os níveis de desigualdade de renda. Benavot e Riddle (1988) estimam

que no Brasil, em 1870, apenas 5,8% das crianças em idade escolar estavam matriculadas no ensino primário, contra 72% nos Estados Unidos, 48,7% na Inglaterra, 67,4% na Alemanha, 39,8% na Hungria, 20,9% na Argentina e 16% no México. Em 1940, essa taxa no Brasil era de apenas 29,8%, quando já atingira 91,1% nos Estados Unidos, 73,3% na Inglaterra, 71,8% na Alemanha, 58,8% na Hungria, 58,2% na Argentina e 37,5% no México. Chaudhary et al. (2011) mostram que, em 1910, quando a taxa de matrícula escolar entre crianças de 5 a 14 anos era de cerca de 15%, o Brasil gastava por estudante, em valores absolutos estimados, mais do que países como Inglaterra, Alemanha e França, nos quais a taxa de matrícula se encontrava perto de 80%. Esses dados revelam um modelo educacional voltado para o atendimento dos estratos sociais médios e altos em detrimento da massa da população.

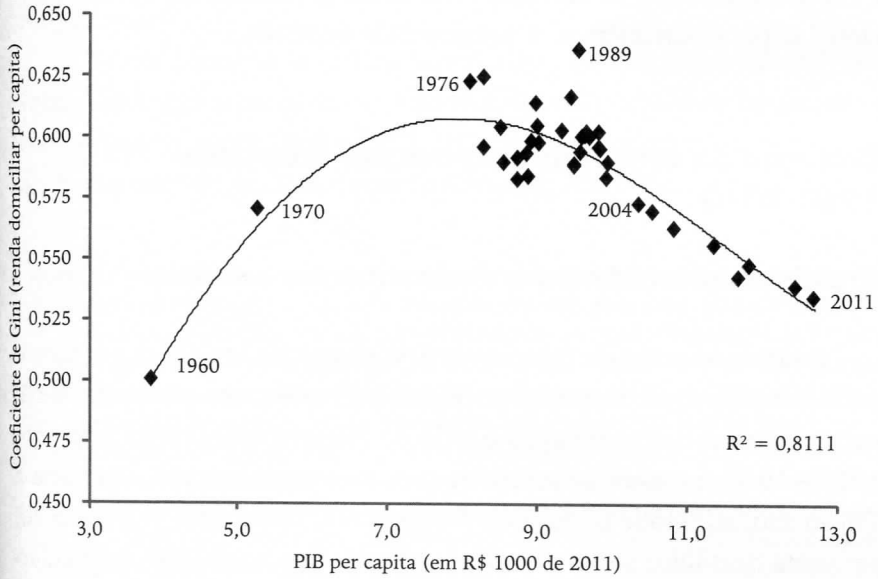
A integração da força de trabalho proveniente dos setores tradicionais aos setores de maior produtividade foi bastante limitada; consequentemente, toda a estrutura ocupacional assumiu feições radicalmente desiguais. Em particular, os trabalhadores na agricultura familiar de subsistência ou nas franjas da produção agrícola para exportação (boias-frias, meeiros, parceiros) permaneceram privados da propriedade da terra, de crédito e de acesso a recursos tecnológicos mais modernos, não sendo capazes de poupar nem de investir. Por isso, tampouco se tornaram consumidores dos produtos da indústria nascente, mesmo quando o crescimento econômico foi acelerado.

A relativa exaustão do estoque de mão de obra no setor rural implicou desaceleração do ritmo das mudanças na estrutura ocupacional. Ao final dos anos 1980, a transição rural-urbano e a curva demográfica já estavam em estágio bastante avançado, o que colaborou decisivamente para a ampliação do acesso à educação. As baixas taxas de crescimento econômico, a partir de 1981, e em particular a perda de dinamismo do setor industrial, iniciada em meados dos anos 1980 e aprofundada a partir de 1990, resultaram em deterioração do mercado de trabalho, com aumento da informalidade, do desemprego e da desigualdade na renda do trabalho. O traço mais marcante dos anos 1990 e 2000 foi a transição para uma economia mais intensiva em empregos no grande e heterogêneo setor de serviços. Apenas entre 2000 e 2010 os efeitos da redução dos

fluxos migratórios, da queda nas taxas de fertilidade e da expansão do sistema de ensino, ao lado de uma aceleração moderada do crescimento econômico e um conjunto mais consistente de políticas redistributivas, tanto pelo mercado de trabalho quanto pelas políticas sociais, começaram a se traduzir em redução da desigualdade de renda.

O Gráfico 1 combina os dados dos Censos de 1960 e 1970 com os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período 1976-2011, parecendo confirmar a hipótese de Kuznets de que o desenvolvimento econômico, em particular o período de sua aceleração (o Milagre Econômico), induziu a escalada da desigualdade de renda, tendência que durou até o final da década de 1990, quando uma queda mais consistente se iniciou. Guardadas as devidas precauções metodológicas, deve-se observar que o patamar em que se encontrava o coeficiente de Gini em 2011 era ainda superior ao observado em 1960.

Gráfico 1 – Relação entre desenvolvimento e desigualdade de renda Brasil, 1960-2011




Fonte: IpeaData; IBGE, PNAD, 1976-2011. Tabulações especiais do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

Se a tendência observada na última década se mantiver, o Brasil poderá se tornar um caso notório de confirmação da hipótese de Kuznets. Mas, como nos lembra Galbraith (2011), a lição a ser tirada de Kuznets não é a de que o desenvolvimento cuidará, cedo ou tarde, de reduzir as desigualdades. Prova disso é o fato de que países que se desenvolveram desenhando a famosa curva que resultou em maior igualdade, como os Estados Unidos e o Reino Unido, nas últimas décadas vêm experimentando crescimento das desigualdades. A lição primordial é que a estrutura setorial e as oportunidades ocupacionais importam decisivamente para a desigualdade de renda. Se o desenvolvimento econômico leva ao aumento ou redução das desigualdades depende, em grande medida, das estratégias adotadas e dos resultados efetivamente logrados pelos países.

As próximas seções examinam como o êxodo rural formatou o mercado de trabalho urbano; como esse processo afetou a inserção ocupacional das mulheres e dos negros, pardos e indígenas, segmentos que representam cerca de metade da população do país; e, finalmente, como a expansão do setor de serviços vem reconfigurando a estrutura ocupacional e, por consequência, a desigualdade de renda.

## Evolução da estrutura ocupacional brasileira 1960-2010

### Crescimento econômico e deslocamentos setoriais

Embora as taxas de crescimento da economia brasileira em todo o período tenham sido marcadas por fortes oscilações, seus patamares declinaram substancialmente após o ciclo do Milagre Econômico. Nos anos 1960 e 1970, a economia brasileira cresceu a taxas médias superiores a 7% ao ano, atingindo o pico de 14% em 1973. Entre 1960 e 1980, o PIB *per capita* brasileiro simplesmente triplicou. Nos anos 1980, particularmente turbulentos, a economia brasileira cresceu um pouco acima de 3%, em média, chegando a 10% em 1980 e mais de 7% em 1985-1986. Mas registrou crescimento negativo em 1981 -4,25%. O PIB *per capita* terminou a década no mesmo patamar em que iniciou. Nos anos 1990,

o crescimento econômico declinou ainda mais, com média de 1,4% nos primeiros quatro anos e pouco mais de 2% no restante da década. Já sob o benefício da curva demográfica, o PIB *per capita* variou 5% entre 1990 e 2000, não chegando a se equiparar, contudo, ao pico atingido em 1987 Finalmente, os anos 2000 marcaram uma recuperação do crescimento, com média acima de 3% na primeira metade e superior a 4% na segunda. O resultado foi uma ampliação de 20% no PIB *per capita* (IpeaData)

A participação da indústria de transformação no PIB brasileiro cresceu continuamente no pós-guerra, atingindo seu pico em meados dos anos 1980, quando começou a declinar.[3] Entre 1960 e 2010, a participação da agricultura caiu de aproximadamente 18% para 5% do PIB. Até 1985, todo o terreno perdido pela agricultura foi deslocado para a indústria manufatureira, mantendo-se o grande setor dos serviços sempre no patamar de 50% (Pedersen, 2008) A partir de 1985, contudo, as perdas de ambos os setores (agricultura e indústria) foram transferidas para o terciário, que passou a representar cerca de dois terços do produto nacional. Esses deslocamentos são essenciais para a análise das mudanças na estrutura ocupacional.[4]

A Tabela 1 mostra os efeitos cumulativos do crescimento econômico sobre a alocação setorial da força de trabalho. O declínio da ocupação no setor primário, entre 1960 e 1991, foi intenso e até mais que proporcional ao declínio do setor no produto nacional. Até 1980, foram os setores

3 Há discrepâncias importantes na forma de medir a participação relativa dos setores econômicos no PIB brasileiro, devido a alterações metodológicas introduzidas pelo IBGE ao longo do tempo. O cálculo usual, que utiliza valores correntes, aponta que a participação da indústria teria atingido o pico de 35% em 1985, como em Pedersen (2008). Aplicando retroativamente as alterações metodológicas introduzidas na década de 1990, que ampliaram a participação dos serviços, e utilizando valores constantes de 2009, Bonelli, Pessoa e Matos (2013) concluem que, em 1985, o peso da indústria se encontrava em torno de 25%. Não obstante as discrepâncias, a trajetória é a mesma em ambos os casos: crescimento acelerado da participação industrial no PIB até meados dos anos 1970 e declínio relativo a partir de 1985. Como a partir das mudanças metodológicas de 1995 as séries históricas passam a coincidir, o ponto de chegada é consensual: em 2011 o peso da indústria se encontrava no patamar de 15%.

4 As razões para estas transformações (a crise dos anos 1980 e as reformas liberais dos anos 1990) são bem conhecidas, e escapa completamente aos objetivos deste texto discuti-las. Para um panorama da história econômica desse período, ver Fishlow (2011), Love e Baer (2009).

industriais que mais absorveram força de trabalho: sua expansão de cerca de 8 p.p. representou aproximadamente metade do que foi perdido pelo setor primário. Praticamente todos os demais setores experimentaram crescimento relativo. Especialmente representativa do movimento de diversificação setorial é a ampliação notável de serviços modernos nas áreas de finanças e negócios, por um lado, e daqueles ligados à expansão dos serviços sociais, como educação e saúde, por outro.

Tabela 1 – Distribuição da força de trabalho, segundo os grandes setores de atividade econômica (em %) – Brasil, 1960-2010

| Setores de atividade econômica | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura, pesca e pecuária | 55,2 | 45,4 | 30,0 | 22,8 | 18,7 | 11,3 |
| Construção civil | 3,3 | 6,0 | 7,6 | 6,7 | 7,1 | 8,1 |
| Indústria, mineração e utilidades públicas | 10,1 | 12,8 | 17,9 | 16,5 | 14,4 | 14,7 |
| Comércio, transporte, comunicação e hospitalidades | 14,4 | 14,9 | 17,7 | 20,5 | 24,3 | 26,2 |
| Financeiro, imobiliário e negócios | 1,7 | 2,2 | 5,7 | 6,6 | 6,5 | 9,2 |
| Administração pública e defesa | 3,1 | 4,3 | 4,4 | 4,9 | 5,4 | 6,0 |
| Educação, saúde e assistência social | 2,5 | 4,4 | 6,1 | 8,0 | 9,7 | 10,6 |
| Serviços domésticos | 4,2 | 8,3 | 6,1 | 6,8 | 7,7 | 7,7 |
| Outros serviços | 5,5 | 1,7 | 4,5 | 7,2 | 6,2 | 6,1 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

## A transição rural-urbana

A Tabela 2 apresenta os efeitos das mudanças setoriais sobre a estrutura ocupacional, agora usando o sistema de classificação ocupacional conhecido como EGP, criado por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero. A tabela traz ainda (últimas quatro linhas) duas agregações mais elementares, rural e urbano e manual e não manual. Finalmente, nas últimas duas colunas são apresentadas as variações entre dois grandes períodos: 1960-1991 e 1991-2010.

A parcela mais expressiva da transição rural-urbana aconteceu entre 1960 e 1991, quando, em direção favorável à hipótese de Kuznets, a

Tabela 2 – Evolução da estrutura ocupacional, classes EGP (em %)
Brasil, 1960-2010 (inclusive trabalhadores não remunerados)

| | Classes EGP | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | Var. 1960 a 1991 | Var. 1991 a 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Não manuais | Profissionais (altos) | 1,5 | 2,4 | 3,1 | 3,9 | 4,8 | 7,4 | 2,4 | 3,5 |
| | Profissionais (baixos) | 3,8 | 5,2 | 6,0 | 7,5 | 9,1 | 7,0 | 3,8 | -0,5 |
| | Não manuais de rotina (altos) | 4,9 | 7,3 | 9,2 | 10,0 | 9,7 | 10,1 | 5,1 | 0,1 |
| | Não manuais de rotina (baixos) | 4,0 | 5,8 | 7,6 | 7,4 | 10,9 | 14,6 | 3,5 | 7,2 |
| | Proprietários e empregadores | 0,8 | 0,8 | 1,8 | 3,1 | 2,7 | 2,0 | 2,3 | -1,1 |
| | Empregadores rurais | 1,0 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,3 | 0,1 | -0,2 | -0,7 |
| | Agricultura de subsistência e trabalhadores rurais autônomos | 39,9 | 33,4 | 17,6 | 11,2 | 12,0 | 10,4 | -28,7 | -0,8 |
| Manuais | Técnicos e supervisores do trabalho manual | 1,8 | 2,5 | 3,4 | 3,4 | 3,4 | 3,3 | 1,6 | -0,1 |
| | Trabalhadores qualificados | 17,0 | 17 7 | 23,9 | 24,0 | 24,3 | 24,9 | 7,0 | 1,0 |
| | Trabalhadores semiqualificados | 11,7 | 12,8 | 15,4 | 17,8 | 17 1 | 15,9 | 6,2 | -2,0 |
| | Assalariados rurais | 13,6 | 11,3 | 11,2 | 10,9 | 5,8 | 4,3 | -2,7 | -6,6 |
| | Não manual | 16,0 | 22,4 | 28,4 | 32,7 | 37,3 | 41,3 | 16,7 | 8,5 |
| | Manual | 84,0 | 77,6 | 71,6 | 67,3 | 62,7 | 58,7 | -16,7 | -8,5 |
| | Rural | 54,5 | 45,4 | 29,5 | 22,8 | 18,1 | 14,8 | -31,6 | -8,1 |
| | Urbano | 45,5 | 54,6 | 70,5 | 77,2 | 81,9 | 85,2 | 31,6 | 8,1 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

desigualdade medida pelo índice de Gini se ampliou até atingir seu patamar mais elevado. Essa transição resultou da dissolução de vastas parcelas da pequena agricultura familiar de subsistência. Esse grupo, que em 1960 respondia por quase 40% do total das ocupações no Brasil, viu-se reduzido a pouco mais de 10% em 1991 Note-se que o mesmo não aconteceu com os assalariados rurais, cuja variação negativa nesse período foi bastante modesta, nem com os empregadores rurais. A participação de ambos os grupos na estrutura ocupacional, porém, encolheu nas duas décadas mais recentes.

Paul Singer (1971) concluiu que, até 1960, o declínio das ocupações no setor primário foi relativamente lento, a despeito das taxas elevadas de crescimento da indústria. Sua explicação é que, no primeiro período de industrialização, o crescimento concentrado nos setores industriais tradicionais, como têxteis, alimentos e mobiliário, resultou na eliminação dos pequenos negócios artesanais, reduzindo muito o impacto na geração de novos postos de trabalho. Apenas com o desenvolvimento posterior de novos setores industriais (eletroeletrônicos, automóveis etc.), o setor manufatureiro passou a agregar maciçamente novos empregos, ampliando sua atração sobre a força de trabalho rural.

A explicação de Singer (1971) é certamente parte dessa história. Contudo, os fatores de expulsão do campo foram tão ou mais responsáveis pela intensidade da migração. A modernização da agricultura brasileira, intensificada a partir dos anos 1960, resultou no aumento da concentração da terra – que ocorreu pela expulsão violenta de pequenos produtores familiares nas áreas de ocupação tradicional e de populações indígenas nas fronteiras agrícolas, especialmente no Centro-Oeste e Norte –, na deterioração das condições de vida e no aumento da concentração da renda agrícola (Thiesenhusen; Melmed-Sanjak, 1990) Bresser-Pereira, por exemplo, estima que a parcela da renda rural apropriada pela metade mais pobre das famílias no campo declinou de 17% em 1960 para 15% em 1970, e 13% em 1980.[5] O Gini da terra, por sua vez, se elevou de 0,838, em 1960, para 0,853, em 1980 (Thiesenhusen; Melmed-Sanjak, 1990) Apesar disso, Denslow e Tyler calculam que o diferencial da renda média no campo e

5 Bresser-Pereira (1982), citado em Thiesenhusen e Melmed-Sanjak (1990).

na cidade tenha se reduzido ao longo dos anos 1970, como resultado das políticas de arrocho salarial praticadas pelos governos militares.[6]

Os dados de migração interna também corroboram essa periodização.[7] No intervalo 1940-1950, 10% do estoque de população rural no início da década realizaram o movimento campo-cidade; de 1950 a 1960, foram 21% dos que viviam no campo em 1950. Nas décadas de 1960 e 1970, nada menos que 31 milhões de indivíduos abandonaram o campo. Em todo o período analisado, a década de 1990 foi a única em que tanto o número absoluto quanto a participação relativa da ocupação na agricultura familiar de subsistência se ampliou.

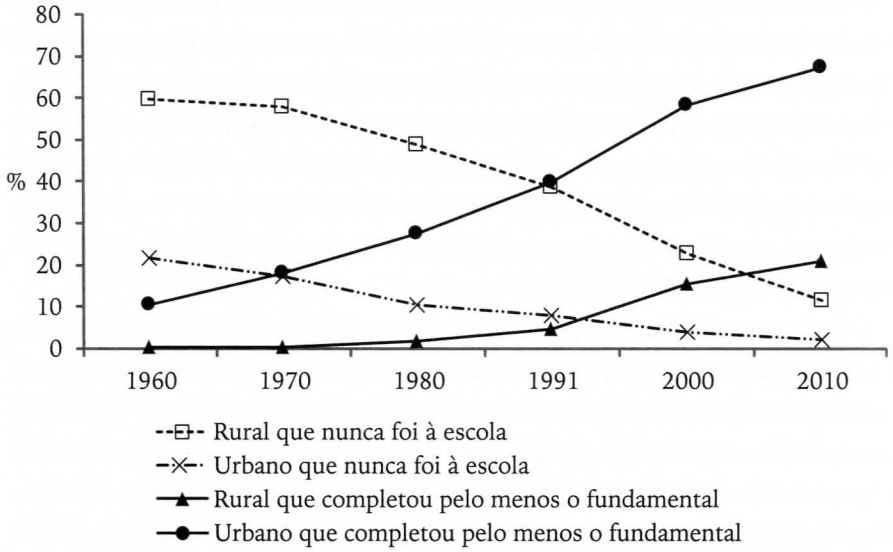
As consequências da política educacional foram muito mais dramáticas para a população rural, condenando-a a condições extremamente desfavoráveis de inserção no mercado de trabalho urbano. O Gráfico 2 mostra a escala das desvantagens experimentadas por esse segmento da população. Em 1960 e 1970, 60% dos trabalhadores rurais jamais haviam frequentado a escola, contra 20% no meio urbano. Nesse mesmo período, apenas cerca de 10% dos trabalhadores urbanos possuíam pelo menos o fundamental completo, mas essa proporção evolui continuamente atingindo o patamar de 40% em 1991, quando no meio rural ainda era de cerca de 5%; em 2010, 70% dos ocupados urbanos haviam concluído pelo menos o nível fundamental de ensino, enquanto no campo essa proporção mal superava os 20%; nesse mesmo ano, quase 15% da força de trabalho urbana possuía superior completo, contra residuais 0,8% da rural.

Mesmo quando comparados apenas aos grupos ocupacionais manuais urbanos, os trabalhadores rurais encontram-se em considerável desvantagem. Em 1960, no grupo dos trabalhadores manuais urbanos semiqualificados, havia cerca de 50% menos indivíduos sem passagem pelo sistema escolar do que no meio rural, o grupo dos trabalhadores manuais qualificados tinha um terço da proporção de indivíduos sem escolaridade; e os técnicos e supervisores industriais, apenas um sexto, quando comparados aos rurais. A hierarquia entre esses grupos é muito marcada e

6 Denslow e Tyler (1984), citados em Thiesenhusen e Melmed-Sanjak (1990).

7 Consultar, neste volume, o capítulo "A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas" (p.279), de José Marcos Pinto da Cunha.

Gráfico 2 – Trabalhadores ocupados, segundo nível de instrução e setor de ocupação – Brasil, 1960-2010




Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

permanece mais ou menos inalterada no tempo. Esses dados reforçam a tese compartilhada pela literatura de que os migrantes rurais, na sua maioria, compuseram o estrato mais baixo das ocupações urbanas, com muito menos chances de se beneficiar das oportunidades criadas pela industrialização.[8] A partir de meados dos anos 1980, quando o ciclo de industrialização já perdera o fôlego, as melhores oportunidades de mobilidade ascendente se deslocaram para nichos de ocupações em serviços para os quais os requisitos educacionais tendem a ser mais elevados do que o ensino fundamental.

O segmento dos trabalhadores semiqualificados (a categoria urbana mais baixa, cujos dois grupos predominantes são o emprego doméstico e o comércio ambulante) cresceu 60% entre 1960 e 1991, passando de 11,7% para 18,5% do total de ocupados (Tabela 2), os trabalhadores qualificados (reduto do trabalho na construção civil e dos ofícios e ocupações

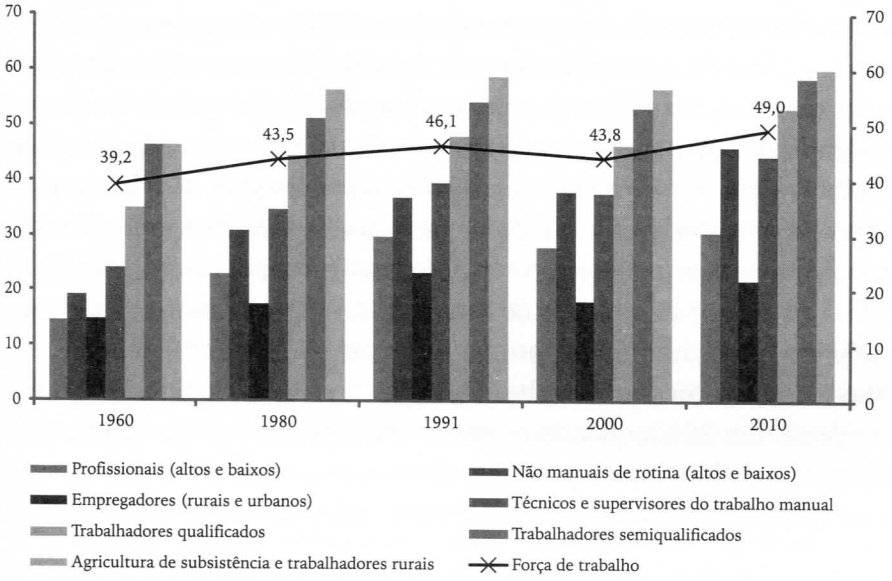
8 Para uma discussão mais abrangente e comparativa sobre os efeitos da migração rural-urbana sobre a estratificação urbana, ver Koo (1978).

industriais mais tradicionais, como alfaiates e tecelões) aumentaram quase 70% (de 17% para 25%), enquanto o grupo dos técnicos e supervisores (que concentra o operariado de mais alta qualificação, ligado às indústrias modernas), não obstante haver duplicado sua participação relativa nesse primeiro período, não chegava a representar 4% do emprego total em 1991, patamar em que se mantém até 2010.

## Desigualdade e diferenças de cor

O Gráfico 3 permite observar como o legado da colonização e da escravidão e a posterior marginalização dos grupos raciais não europeus se projetam sobre a hierarquia da estrutura ocupacional brasileira. A população negra, parda e indígena será tratada aqui como um único grupo: não brancos. Sua concentração no meio rural ajuda a explicar por que seu crescimento foi mais rápido do que o da população branca (o declínio da fertilidade é mais lento no campo e entre os mais pobres do que nas

Gráfico 3 – Participação de não brancos na força de trabalho, segundo grupos ocupacionais EGP – Brasil, 1960-2010




Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

cidades e entre os mais ricos), por consequência, tal população está sobrer-representada nas ocupações manuais mais baixas e sub-representada nos demais grupos ocupacionais. Entre 1960 e 2010, a participação de não brancos na força de trabalho ampliou-se em cerca de 10 p.p., de 40% para 50%. Entre os trabalhadores rurais, sua participação era 7% superior ao seu peso na força de trabalho total em 1960, aumentando para 12,5% nas décadas de 1980 a 2000. Em 2010, os não brancos representavam quase dois terços da força de trabalho empregada no setor primário, cuja renda do trabalho é a mais baixa de todas, exceto para empregadores.

Esses números indicam que o processo de urbanização mobilizou mais que proporcionalmente a população rural branca. Para tal, pesaram razões de ordem geográfica – a industrialização foi muito concentrada no Sul e Sudeste, onde a participação de imigrantes europeus é elevada – e histórica – as levas de imigração no final do século XIX e primeiras décadas do século XX já se dirigiam para os centros urbanos, compondo os estratos de operários mais qualificados, de trabalhadores não manuais e de empresários (Barbosa, 2008)

Entre as ocupações urbanas, o único grupo em que os não brancos exibiam sobrerrepresentação em 1960 era o dos manuais semiqualificados (segmento dominado por domésticas e ambulantes), participação que se acentuou ao longo de todo o período. Nos demais grupos, sua participação era inferior a seu peso na força de trabalho. Com exceção do grupo de empregadores, em que a sub-representação de não brancos se ampliou ao longo dos cinquenta anos em estudo, nos demais grupos sua participação melhorou em termos relativos, mas obedecendo a uma clara hierarquia. Entre os trabalhadores qualificados (segundo grupo urbano mais baixo), os não brancos ultrapassaram seu peso relativo na população ativa já em 1970; entre os não manuais de rotina, a sub-representação, que era de 20% em 1960, diminuiu continuamente até quase se anular em 2010. Mas, nas ocupações de mais alta instrução e prestígio, a melhora foi muito modesta. Em 2010, quando os não brancos já compunham metade da força de trabalho total, representavam apenas cerca de 30% desse grupo e estavam bastante concentrados nas profissões de menor qualificação.

## Desigualdade e diferenças de gênero

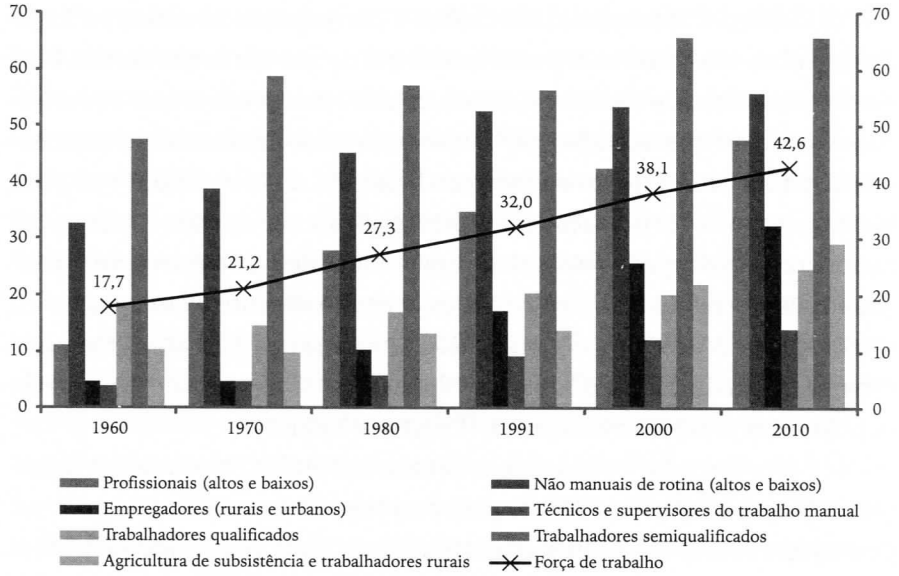
O Gráfico 4 apresenta dados sobre a participação feminina na força de trabalho, um terceiro aspecto estrutural de grande importância. Pelo menos para efeitos estatísticos, esta é significativamente menor nas atividades rurais do que nas urbanas.[9] A transição rural-urbano foi o elemento-chave para o crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho. Mesmo assim, a participação feminina tendeu a ser de duas a três vezes maior entre os ocupados na agricultura familiar do que entre os assalariados rurais – estes últimos, pelo menos conceitualmente, já integrados ao mercado. Por outro lado, a participação feminina nas ocupações manuais urbanas já era de cerca de 30% em 1960, patamar só atingido no total da população economicamente ativa (PEA) em 1991

No universo das ocupações manuais, as mulheres ocuparam maciçamente as posições mais baixas. O emprego industrial moderno era e permanece sendo um reduto masculino. Em 1960, praticamente todo o grupo de técnicos e supervisores do trabalho manual era composto de homens (mais de 95%) e, ao longo das cinco décadas em análise, a participação feminina nesse segmento aumentou lentamente, não chegando a 15% em 2010. Entre os trabalhadores manuais qualificados (construção civil, artesãos e operários em indústrias mais tradicionais), a participação feminina é inferior ao seu peso relativo na PEA, e diminuiu ao longo do tempo. O reduto feminino entre as ocupações manuais foi e continua sendo o trabalho doméstico, com participação cerca de três vezes maior do que seu peso relativo na PEA.

Diferentemente da população não branca, as mulheres estão distribuídas igualmente entre as classes sociais e progrediram mais rapidamente do que os homens em termos educacionais, o que lhes garantiu presença mais significativa no universo das ocupações não manuais. Mas, de forma análoga ao que se passa com os não brancos, elas tenderam a se concentrar mais que proporcionalmente em ocupações de menor qualificação e

9 É muito provável que a contribuição feminina para o trabalho rural, em particular na agricultura familiar, seja ocultada pela sobreposição entre trabalho doméstico e trabalho propriamente produtivo.

Gráfico 4 – Participação feminina na força de trabalho, segundo grupos ocupacionais EGP – Brasil, 1960-2010




Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

remuneração, principalmente as não manuais de rotina, que englobam uma vasta gama de profissões nos serviços mais elementares (vendedoras, balconistas, cozinheiras, arrumadeiras, passadeiras, telefonistas, recepcionistas e caixas), assim como nas ocupações de escritório, de maior qualificação (secretárias, datilógrafas, assistentes administrativas e contábeis) e dos serviços sociais (assistentes de ensino, pré-escola e professoras das primeiras séries do ensino fundamental). Nessas ocupações, a participação das mulheres em relação ao seu peso no total da população ocupada ampliou-se de cerca de 15% em 1960 para mais de 20% em 1991, recuando a partir daí até, em 2010, ficar um pouco abaixo do patamar de 1960.

Entre as ocupações profissionais de mais alta qualificação e prestígio, as mulheres sempre tiveram participação significativa e, a partir de 1980, passaram a representar parcela superior ao seu peso relativo no total da população ocupada, o que se explica principalmente pela expansão dos serviços sociais. Os principais nichos do trabalho feminino com requisitos educacionais mais elevados correspondem às áreas de educação (professoras dos vários níveis de ensino) e saúde (auxiliares de enfermagem,

parteiras e enfermeiras) Elas também têm participação relevante em ocupações como jornalistas, arquitetas, artistas, gerentes e administradoras, psicólogas e médicas, mas nessas áreas não chegam a ser predominantes. Já na maior parte das profissões científicas e tecnológicas (como engenharia, agronomia, matemática, física e análise de sistemas), nas altas carreiras do Judiciário, nas altas funções de comando empresarial e entre os empregadores, a participação feminina, embora tenha crescido ao longo do período, foi sempre muito inferior ao seu peso relativo na força de trabalho e, principalmente, em relação ao seu peso no agregado das ocupações profissionais.

*Grosso modo*, o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho segue um padrão concentrado em um arco mais restrito de ocupações do que os homens. No extremo de baixo, ainda em 2010, quase 8% do emprego estava nos serviços domésticos (nos quais as mulheres são mais de 80% dos ocupados) Já no polo superior, das profissionais de nível técnico e superior, a expansão dos serviços sociais criou mercados de maior qualificação tipicamente femininos.

## Desigualdade e diferenças quanto aos direitos trabalhistas e sociais

Um aspecto central para a conformação das desigualdades provém da seletividade com que a legislação trabalhista e os direitos sociais foram aplicados pelo Estado brasileiro aos diversos segmentos sócio-ocupacionais. É bastante conhecido o fato de que a regulamentação do trabalho e a montagem do aparato de bem-estar social no Brasil seguiram o modelo corporativo de cobertura seletiva de categorias profissionais legalmente reconhecidas, aquelas inseridas nos nichos de atividades mais modernas e estruturadas (o operariado da grande indústria, os operadores dos sistemas de transportes e os funcionários das instituições financeiras) e, acima de tudo, os servidores públicos (Draibe, 2007; Haggard; Kaufman, 2008) O assalariamento se ampliou rapidamente entre 1960 e 1980, englobando perto de 70% do total de ocupados, patamar que só volta a exibir tendência ascendente a partir de 2000. Mas, ainda em 2010, cerca de um quarto

dos ocupados trabalhava de forma autônoma ou por conta própria, o que constitui historicamente um dos principais redutos do trabalho informal, vale dizer, não coberto pelas leis trabalhistas nem pelos direitos de proteção social. A condição de assalariado, por si só, nunca foi garantia de um contrato formal de trabalho. Em atividades como a construção civil, nas empresas industriais e de serviços de menor porte, no emprego rural e, sobretudo, no emprego doméstico, as taxas de informalidade sempre foram muito elevadas.

É muito difícil estimar o quanto o contrato formal amplia a renda dos que o possuem *vis-à-vis* os que não o têm. Mas ele traz consigo um amplo universo de direitos e benefícios, que vem se ampliando ao longo do tempo: diversas formas de renda indireta (como o salário-família e os subsídios para alimentação e transporte), compensações diante de demissões imotivadas (FGTS), seguro-desemprego, seguros privados de saúde, proteção contra a impossibilidade transitória ou permanente de trabalho causada por doenças ou acidentes, além do direito à representação sindical.[10]

Infelizmente, a informação sobre a contratação formal não é adequadamente registrada nos Censos e, por essa razão, serão utilizados dados das PNADs. Embora o contrato formal de trabalho aplique-se apenas à relação de assalariamento, empregadores e trabalhadores autônomos também podem contribuir para a previdência social. Assim, na Tabela 3, a proporção de vínculos formais de trabalho corresponde à soma dos indivíduos com contrato de assalariamento formal e os que contribuem para o sistema nacional de previdência social.

Mesmo com essa definição dilatada de formalidade, somente no final dos anos 2000 a parcela formal dos empregos atingiu a metade do total de ocupados. À oscilação negativa do início dos anos 1980 e fim dos anos 1990, a taxa de formalidade apresenta tendência contínua de crescimento a partir de meados dos anos 2000; em 2011, representava 55% do total de vínculos ocupacionais, provavelmente a maior taxa da história, mas ainda muito distante da universalização dos direitos trabalhistas e sociais sem a

10 Uma das teses centrais de Esping-Andersen (1985b) para a expansão do *welfare state* é a de que foram esses mecanismos de desmercantilização parcial da força de trabalho que permitiram aos trabalhadores se organizar e pressionar os patrões e o Estado na direção de uma melhor distribuição da renda.

Tabela 3 – Proporção do emprego formal, segundo as classes ocupacionais EGP (em %) – Brasil, anos selecionados das PNADs

| Classes EGP | 1981 | 1992 | 2001 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Profissionais (altos) | 79 | 85 | 76 | 75 | 76 | 76 | 79 | 81 |
| Profissionais (baixos) | 70 | 78 | 68 | 48 | 50 | 50 | 53 | 55 |
| Não manuais de rotina (altos) | 76 | 84 | 76 | 76 | 77 | 77 | 78 | 81 |
| Não manuais de rotina (baixos) | 60 | 54 | 50 | 58 | 60 | 59 | 62 | 71 |
| Proprietários e empregadores | 89 | 76 | 64 | 63 | 61 | 59 | 61 | 70 |
| Empregadores rurais | 34 | 27 | 21 | 24 | 28 | 22 | 28 | 30 |
| Agricultura de subsistência e trabalhadores rurais autômos | 5 | 2 | 2 | 4 | 4 | 3 | 4 | 5 |
| Técnicos e supervisores do trabalho manual | 85 | 73 | 58 | 63 | 64 | 75 | 73 | 77 |
| Trabalhadores qualificados | 63 | 50 | 45 | 48 | 49 | 51 | 51 | 55 |
| Trabalhadores semiqualificados | 37 | 35 | 37 | 38 | 38 | 38 | 39 | 43 |
| Assalariados rurais | 12 | 24 | 27 | 32 | 34 | 36 | 33 | 38 |
| **Total** | **46** | **43** | **43** | **46** | **47** | **48** | **50** | **55** |

Fonte: IBGE, PNADs 1981-2011. Tabulações especiais do CEM.

qual dificilmente se poderá falar em redução estrutural das desigualdades sociais num sentido mais amplo.

As razões dessa mudança são múltiplas, e é muito difícil isolá-las umas das outras. A queda da taxa de fecundidade, associada ao aumento no tempo de permanência das crianças e jovens na escola,[11] certamente está entre as mais relevantes, pois reduz o número absoluto de jovens que pressionam o mercado de trabalho. Da mesma forma, o declínio da população rural e a consequente redução nos contingentes migratórios campo-cidade limitam o fluxo da maior fonte de alimentação dos estratos ocupacionais mais baixos. Fenômeno análogo se passa com a participação feminina, que, depois de atingir patamar relativamente elevado, tende a crescer mais lentamente.

11 Sobre as transformações demográficas, ver Rodríguez Wong e Carvalho (2006). Para uma análise da evolução dos indicadores educacionais no Brasil das últimas três décadas, ver Rios Neto et al. (2010).

Essas macrotendências afetaram a estrutura ocupacional e se somaram, no período 2000 a 2010, à aceleração do crescimento econômico, para aumentar a formalização do trabalho. As categorias ocupacionais que mais encolheram em termos relativos, a partir de 1991, são: trabalhadores rurais, trabalhadores semiqualificados, ocupados na agricultura de subsistência, empregadores rurais e profissionais de menor qualificação (Tabela 2) Com exceção da última, estas são também as categorias com os menores níveis de formalização do emprego (Tabela 3) Além disso, observa-se contínua formalização do emprego entre os trabalhadores rurais, cuja proporção mais que triplica entre 1981 e 2011, conquanto permaneça ainda entre as mais baixas. Comportamento semelhante se observa entre os trabalhadores semiqualificados, embora seu ponto de partida tenha sido bem mais elevado e a progressão, bem menos acentuada. Já os profissionais de alto nível e os trabalhadores não manuais de rotina de menor qualificação estão entre as categorias que apresentam as mais altas taxas de formalização nos últimos dois intervalos censitários. Em suma, o progressivo encolhimento da base da pirâmide ocupacional, densa em ocupações de baixa qualificação, e a transferência gradativa da mão de obra principalmente para os dois polos das ocupações não manuais (profissionais de alta qualificação e não manuais de rotina de baixa qualificação) induzem a ampliação da parcela formalizada do emprego e colaboram para a redução geral da desigualdade, não apenas da renda direta, mas também de direitos que envolvem rendas indiretas.

## Desigualdades de renda e os efeitos da transição para os serviços

A hierarquia das rendas entre os grandes agregados ocupacionais é mostrada na Tabela 4, em que a renda média de todos os ocupados com renda assume o valor 1, e a renda dos diferentes grupos ocupacionais é calculada como a proporção relativa a este valor. Assim, por exemplo, em 1960, os altos profissionais recebiam em média 4,4 vezes o valor do rendimento médio de todos os ocupados remunerados, enquanto os assalariados agrícolas ganhavam o equivalente a apenas 40% deste mesmo

valor. É importante dizer que, como se trata de agregados grandes e relativamente heterogêneos internamente, as médias são medidas grosseiras; mas, mesmo assim, a hierarquia entre os grupos é muito marcada e estável no tempo, servindo como uma aproximação das desigualdades entre eles.

A renda média aumentou substancialmente no período do milagre econômico, mais do que dobrando em valores monetários atualizados. Mas sofreu um recuo de cerca de 15% na década de 1980, quando a inflação dispara. Recuperou-se lentamente nas duas décadas seguintes. Em 2010, a renda média se encontrava num patamar apenas cerca de 5% superior ao de 1980.

Tabela 4 – Relação entre a renda dos grupos ocupacionais EGP e a renda média geral do trabalho principal – Brasil 1960-2010[12]

| Classes EGP | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Profissionais (altos) | 4,4 | 5,4 | 4,2 | 3,7 | 3,2 | 2,9 |
| Profissionais (baixos) | 2,1 | 2,3 | 2,0 | 1,7 | 1,6 | 1,6 |
| Não manuais de rotina (altos) | 1,7 | 1,5 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Não manuais de rotina (baixos) | 1,1 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 0,6 | 0,7 |
| Proprietários e empregadores | 4,5 | 5,8 | 4,3 | 3,9 | 5,0 | 3,9 |
| Empregadores rurais | 3,0 | 3,2 | 3,8 | 2,6 | 4,9 | 4,8 |
| Agricultura de subsistência e trabalhadores rurais autônomos | 0,6 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,5 |
| Técnicos e supervisores do trabalho manual | 1,7 | 1,6 | 1,5 | 1,4 | 1,2 | 1,2 |
| Trabalhadores qualificados | 1,1 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 0,7 |
| Trabalhadores semiqualificados | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,5 |
| Assalariados rurais | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 |
| Renda relativa (média geral = 1) | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| **Renda média (em R$ de junho de 2012)** | R$ 617,04 | R$ 749,46 | R$ 1.349,99 | R$ 1.147,19 | R$ 1.350,83 | R$ 1.424,58 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

12 A variável renda no Censo de 1960 é categórica, e não contínua. Assim, para o cálculo dessa razão, tomamos o ponto médio de cada faixa de renda como uma estimativa de valor pontual para as ocupações. Outra limitação está ligada ao fato de que, nos Censos de 1960 e 1970, as variáveis de renda referem-se à quantia recebida pelo indivíduo advinda de todas as fontes (salários, aposentadorias, aluguéis etc.) – ou seja, não se refere apenas ao rendimento do trabalho. Ainda assim, trata-se de uma boa aproximação, tendo em vista que tomamos apenas as pessoas ocupadas (para as quais a renda do trabalho representa mais de 80% dos ganhos mensais).

A despeito das variações na renda, as ocupações manuais de menor qualificação mantiveram relação bastante estável com a renda média: os assalariados rurais, categoria de menores rendimentos, ganharam cerca de 30% a 40% da renda média ao longo de todo o período; os agricultores de subsistência, em torno de 50%, patamar muito semelhante ao dos trabalhadores manuais semiqualificados. As categorias que reúnem o operariado fabril, trabalhadores manuais qualificados e técnicos e supervisores, que dispunham de uma vantagem muito grande em relação às demais ocupações manuais, perderam terreno ao longo do tempo, principalmente a partir de 1980, quando o setor industrial perdeu dinamismo.

Na contramão do que acontecia com as ocupações manuais, entre 1960 e 1970, as ocupações no topo da hierarquia ocupacional, profissionais de maior e menor qualificação e os empregadores rurais e urbanos experimentaram ganhos em relação à renda média. A partir de então, a categoria dos altos profissionais se expandiu substancialmente, absorvendo a oferta crescente de mão de obra de nível médio e superior, presumivelmente tornando-se mais heterogênea. Apresentou tendência contínua de declínio relativo da renda do grupo como um todo em relação à renda média geral. Nos anos 1990, quando as condições do mercado de trabalho se deterioram acentuadamente, as únicas categorias que experimentam ganhos relativos de renda foram os empregadores, rurais e urbanos. Estes últimos viram esses ganhos relativos desaparecerem na última década. Os empregadores rurais, contudo, tiveram ganhos expressivos, evidência de que a melhora de produtividade da agricultura brasileira contribuiu para o aumento, antes que para a redução, da desigualdade de renda.

O forte declínio da participação dos dois grupos de trabalhadores rurais – os mais pobres de todos na estrutura ocupacional no período 1960-1991 (Tabela 2) – resultou principalmente no crescimento das categorias manuais mais baixas, com rendimentos apenas um pouco superiores. A partir de 1991, o encolhimento do grupo de assalariados rurais (de 11,2% para 4,6% do total dos ocupados) e o decréscimo mais modesto dos trabalhadores manuais semiqualificados foram compensados pelo crescimento das categorias não manuais, com destaque para os profissionais de alta qualificação e os trabalhadores não manuais de rotina de menor qualificação; juntos, passaram de 11,6%, em 1991, para 23,1%

do total de ocupados, em 2010. Há, portanto, um claro deslocamento para cima da estrutura ocupacional.

É importante observar que a expansão do setor de serviços no Brasil (diferentemente do que aconteceu nos países desenvolvidos) pelo menos até aqui não vem se fazendo *principalmente* à custa do emprego industrial, mas, sim, das ocupações na agricultura e, em menor grau, daquelas manuais de muito baixa qualificação. Esses deslocamentos colaboram para a redução das desigualdades de renda. Certamente o que impediu que essa tendência se manifestasse já na década de 1990 foi a estagnação econômica, o que gerou poucos empregos, concentrados principalmente no setor informal. Na última década, a intensa geração de empregos – de tipo formal – favoreceu a convergência das tendências estruturais apontadas com as políticas de distribuição de renda, em particular a valorização do salário mínimo.

A expansão das ocupações não manuais em serviços ocorre em dois polos da estrutura ocupacional: profissionais de alta qualificação e não manuais de rotina de baixa qualificação. Enquanto o crescimento relativo desses setores se der à custa da participação das ocupações manuais de muito baixa qualificação (e ainda há muito espaço para isso), o resultado muito provavelmente favorecerá a queda da desigualdade. Mas, num cenário hipotético de baixo crescimento prolongado, em que o encolhimento do emprego manual vier a se concentrar nos setores de maior produtividade, nomeadamente o industrial – como vem acontecendo em muitos países desenvolvidos –, a expansão dos serviços pode resultar em um novo tipo de polarização, em que a recompensa pelos ganhos educacionais duramente galgados pelos mais pobres não se confirme.

## Conclusões

O processo de urbanização é o grande divisor de águas na trajetória de desenvolvimento das nações. A diversificação das atividades econômicas e a elevação da produtividade que acompanham esse processo, longe de apagar as estruturas sociais preexistentes, se constroem sobre elas e são por elas profunda e duradouramente influenciadas. Por isso, a

pretensão de universalidade de muitas das explicações econômicas para o processo de modernização capitalista se vê frustrada quando confrontada com a diversidade de experiências concretas.

No Brasil, o passado colonial e escravista produziu uma sociedade agrária excepcionalmente polarizada e desigual, não apenas quando comparada às sociedades camponesas europeias, mas também a áreas de colonização na África, no Oriente Médio e na Ásia. A trajetória de modernização brasileira não rompeu com a estrutura agrária preexistente, nem com o regime de exploração do trabalho. O aparato de regulação do mercado de trabalho e de provimento de serviços sociais (particularmente a educação) discriminou intensamente a população rural. A extensão dos direitos trabalhistas e sociais para os trabalhadores rurais (preconizada pela Constituição de 1988) segue em marcha muito lenta. A principal inovação das últimas décadas foi a introdução de políticas de transferência condicional de renda, nomeadamente o Bolsa Família. Não obstante a relevância desse tipo de política para a redução da pobreza, seu impacto sobre as condições de inserção ocupacional da força de trabalho adulta é muito limitado.

Nas primeiras décadas do período aqui analisado, esse segmento constituía a maioria da força de trabalho; seu deslocamento massivo para as cidades expôs uma população majoritariamente analfabeta com oportunidades muito limitadas de inserção ocupacional. O trabalho doméstico, o comércio ambulante, as ocupações braçais na construção civil, na pequena indústria tradicional, no comércio e em serviços informais cresceram com a urbanização e constituem ainda hoje parte significativa das ocupações existentes. A ampliação gradual da escolaridade dessa força de trabalho pode até resultar em melhorias na produtividade e renda em alguns nichos, que podem vir a gerir melhor seus negócios. Mas, em vários outros, como o do trabalho doméstico, os ganhos de escolaridade dificilmente se traduzem em ganhos de produtividade com repercussões sobre a renda. Nesses casos, o aumento da renda depende da escassez relativa da oferta de trabalho. Porém, a elasticidade da renda de trabalhadores domésticos ou de prestadores de serviços em domicílio será sempre condicionada pela disponibilidade de renda das famílias, e não diretamente por sua produtividade, como na atividade industrial.

Embora o setor industrial represente ainda uma fatia expressiva das oportunidades de melhor renda e de formalidade (muito mais para os homens do que para as mulheres), os nichos ocupacionais de maior qualificação são bastante limitados e também se tornam cada vez mais seletivos.

Os nichos ocupacionais que mais cresceram em termos relativos nas últimas décadas concentram-se, em primeiro lugar, nas atividades não manuais de rotina de menor qualificação (comércio, serviços de alimentação e hospitalidade e serviços burocráticos) São ocupações cujos rendimentos não diferem muito daqueles das ocupações manuais qualificadas, mas exibem patamares muito mais elevados de formalização. Em segundo lugar, cresceu o grupo dos profissionais de alta qualificação, ligados aos serviços sociais, às atividades científicas e tecnológicas, à administração de negócios e ao aparato do Estado. Esse crescimento está ligado à expansão do ensino superior, que se acelerou expressivamente nos últimos quinze anos, em que pesem as deficiências na qualidade do ensino e a desigualdade no acesso às melhores instituições e carreiras. Assim, como tendência geral, o aumento do emprego nas ocupações não manuais beneficiou simultaneamente os grupos ocupacionais de renda e qualificação mais baixos e mais altos. Embora o deslocamento de força de trabalho para os estratos não manuais represente mudança qualitativa importante e em muitos sentidos positiva, ele não necessariamente induz à redução das desigualdades no longo prazo, como a trajetória recente de países desenvolvidos atesta.[13]

A redução das desigualdades, no que diz respeito à dinâmica da estrutura ocupacional, continuará ainda dependendo do encolhimento dos estratos manuais de baixa qualificação. Essa tem sido a tendência, mas ela ainda se deve principalmente ao declínio do trabalho rural, reduzido a cerca de 10% do total das ocupações, em 2010. Esse segmento não representa muito mais do que os quase 8% de trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos, grupo que, entretanto, não exibiu tendência de encolhimento. Assim, o esvaziamento do campo, que no início do período aqui estudado resultou na ampliação das desigualdades (a parte ascendente da

13 Para uma discussão sobre a tendência à polarização nas economias avançadas de serviços, ver Sassen (2001).

curva de Kuznets), desde a última década vem colaborando para sua redução (confirmando a "esperada" reversão da curva) Para esse resultado, foram fundamentais a mudança demográfica, a retomada do crescimento econômico e as políticas distributivas pelo mercado de trabalho (salário mínimo, especialmente) e pela distribuição direta da renda (Bolsa Família, aposentadorias e benefícios não contributivos) Daqui para a frente, porém, mesmo que o emprego no setor primário continue a encolher, o efeito de eliminação destes que são os piores postos de trabalho sobre a estrutura ocupacional será cada vez mais marginal. No universo urbano, a parcela das ocupações manuais de baixa qualificação – consequentemente, de baixa renda e baixa formalização – ainda é vasta, e só deu mostras de começar a encolher na última década, embora muito timidamente. Tratando-se de uma força de trabalho de baixa escolaridade média e em sua maioria já adulta, suas chances de mobilidade ocupacional ascendente, na ausência de iniciativas mais ousadas de políticas de capacitação e geração de oportunidades, são limitadas.

O crescimento econômico – e os setores de atividade que prevalecerão – continuará sendo condição indispensável, mas não suficiente, para a manutenção da tendência à redução da desigualdade observada na última década. Como já suspeitava Kuznets, a mudança estrutural é fundamental para explicar a curva da desigualdade, mas as decisões políticas que limitaram a acumulação de renda no topo foram fundamentais para produzir a segunda perna da curva, que marca o declínio da desigualdade. Assim, no campo das políticas distributivas e sociais, o Brasil terá que fazer mais e melhor se quiser que sua curva de Kuznets não seja meramente um sucesso da teoria, mas sim uma vitória contra o seu próprio passado.